

Educação em Alerta



Jornal Sintep-MT - Edição - Agosto de 2017



“O mal deve ser feito de uma só vez e o bem em conta-gotas”

Maquiavel

DISCURSO DE CRISE É "FACTÓIDE"

Governo Taques faz a farrá dos incentivos fiscais garantindo 2,4 bilhão para empresários em 2017 e fragmenta direitos dos/as servidores/as da educação

A escola pública de MT permanece com plenas necessidades

pág 04

Comunidade escolar se prepara para o exercício democrático

pág 05

Diversidade também se aprende na escola

pág 08





NÃO AO RETROCESSO

brasileiro/a, além de formar um grande exército de mão de obra barata para a economia de mercado?

As políticas nacionais têm um efeito cascata junto aos governos estaduais, que atuam em favor do grande capital. A exemplo de Mato Grosso, o governo Taques desmonta os direitos trabalhistas dos/as servidores/as públicos/as, fatiando a recomposição salarial e reduzindo investimentos nos serviços públicos (Saúde, Educação, Segurança). Paralelamente, beneficia os empresários com a isenção e renúncia fiscal, que somarão em 2018, R\$ 3,5 bilhões, com o agravante de não se cumprir o dispositivo legal da Constituição Estadual, quando determina contrapartida de recursos de isenções para a Educação (artigo 245, inciso 3).

O parcelamento da Revisão Geral Anual (RGA) no Estado, fere direitos, compromete a vida financeira dos/as profissionais da Educação, pois 60% deles estão em contratos precários e não receberão o benefício parcelado para 2018, uma vez que o vínculo será

interrompido antes da recomposição. Para o próximo ano esperamos que o Concurso Público, na rede estadual de ensino, mesmo com número insuficiente de vagas, possa assegurar a efetivação dos 5748 profissionais, mais os 50% do cadastro de reservas.

Precisamos permanecer atentos para a luta e resistência, pois os ataques aos direitos se intensifica também e, principalmente, nas redes municipais. O ente federado mais frágil, financeiramente, tende a tornar-se o mais perverso com os/as profissionais da Educação em função da onda neoliberal que avança de forma violenta. A política de terceirização de serviços nas gestões municipais, incentivada com projetos de planos de carreira elaborados em parceria com governo Federal, é mais um golpe para o desmonte da carreira e a valorização profissional. É hora de fortalecermos, e unificarmos a luta diante de tantos retrocessos.

Henrique Lopes do Nascimento
Presidente do Sintep/MT

Mais uma reforma é aprovada contra os interesses da classe trabalhadora. A reforma trabalhista sancionada em julho pelo governo ilegítimo de Michel Temer, com a conivência de traidores/as no Congresso Nacional, colocará os/as trabalhadores/as diante de uma escravidão moderna. É preciso nos questionarmos sobre a quem interessa a negação de direitos e precarização do trabalho. Ao povo? À economia brasileira? Ou aos grandes empresários?

A lei do Teto dos Gastos (EC 95/2017), a lei da Terceirização (Lei 13.429) e ainda o 'novo' Ensino Médio (Lei 13.415) contribuem em quê para a maior parte da população brasileira? Que garantias oferecem ao/a jovem trabalhador/a

Lenha na Fogueira

ARAPONGA

O Sintep/MT lamenta as denúncias que levaram à prisão o segundo secretário do governo Pedro Taques. Dessa vez foi o primo e ex-secretário da Casa Civil, Paulo Taques, denunciado por arapongagem (escutas irregulares). A segunda irregularidade apontada em secretarias estratégicas do governo. A primeira na Educação, pasta com maior orçamento do estado. Agora, a Casa Civil, um cargo muito próximo ao governador.

ARAPONGA 1

As denúncias caso comprovadas, pode dar conta que estamos vivendo um engodo, do ponto de vista da ética e moral na administração pública. Torcemos para que a apuração seja feita no devido rigor da lei e não paire nenhuma dúvida sobre a condução da coisa pública.

MERCADO

O ilegítimo Temer fez do Palácio do Planalto seu mercado particular. Desconhecendo a função de governante do país, saiu pelas vielas negociando em causa própria. Em troca de se livrar do sepulcro barganhou projeto de emendas favorecendo os ilibados parlamentares.

INFORMATIZAÇÃO

Entre as práticas inovadoras implementadas pelo governo estadual está a elaboração do edital do Concurso Público da Educação. Utilizando a técnica digital do control C – control V assimilaram o conteúdo do edital do estado do Espírito Santo.

TRAÍRA

Traíras de Mato Grosso frequentam o Senado Federal em Brasília com os nomes de Cidinho Campos (PR-MT), José Medeiros (PSD-MT) e Wellington Fagundes (PR-MT). Esses são os traidores do povo, que votaram a favor da Reforma Trabalhista, regredindo as conquistas dos trabalhadores/as ao período colonial (escravidão).

GOVERNO MASCARA O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA



A implantação de programas como o Ensina Brasil, Escola Plena, durante a gestão Taques, revela o descompromisso com a educação pública e o desrespeito com o acordo firmado com os profissionais da educação ao término da greve de 2016. Além de não realizar as conferências de Gestão Democrática e Ciclo de Formação Humana com a comunidade escolar e sociedade civil organizada.

Em nome da inovação e do intercâmbio cultural o governo tem implantado cada vez mais projetos que se prestam à terceirização e privatização da Educação pública. Mato Grosso tem feito adesão ao Ensino Médio proposto pela Lei 13.415/2017 o que não significa que assegurará educação integral, mesmo com a ampliação de 4h para 7h diárias de permanência dos/as estudantes/as nas poucas escolas que adotaram.

A referida lei promove modificações na Lei de Diretrizes e Base (LDB) que fortalece a fragmentação do Ensino Médio, reduzindo essa etapa da educação básica à formação profissional instrumentalizadora. Ao mesmo tempo que conduz a oferta do ensino às instituições privadas com aporte de dinheiro público.

"A tendência de aprofundamento da terceirização e mercantilização na educação básica pública segue cada vez mais ameaçada", destaca a vice presidente do Sintep-MT, Jocilene Barboza.

Segundo ela, o fenômeno já foi constatado em recentes pesquisas como da UnB/CNTE e será fortalecido com a aprovação do PL n.º 4.302/98 que autoriza a terceirização indiscriminada no serviço público.

Jocilene diz ainda que, se for levado em consideração que o ensino básico público gira perto de R\$ 200 bilhões por ano, como destacou a Campanha em Defesa da Educação, quatro vezes mais do estimado para o "mercado" do ensino superior, é compreensível o avanço desses programas. "Já temos tido mostra da desprofissionalização que é capaz de promover, ao admitirem a atuação de tutores e outras pessoas sem formação pedagógica nos processos educativos", destaca.

A educadora chama a atenção de que muitas mobilizações serão necessárias na defesa da educação como direito, da escola pública de gestão pública, da valorização profissional de todos/as trabalhadores/as da educação, pauta que atualmente enfrenta graves retrocessos, a começar pelos municípios.

EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA



ESCOLA PLENA DE DESRESPEITO

Passados seis meses da implantação do projeto inovador denominado “Escola Plena” na rede estadual de Mato Grosso, nada se tem de concreto no âmbito educacional a não ser a desconstrução e derrubada de direitos consolidados na luta coletiva de décadas dos/as profissionais da educação e de estudantes para assegurar a educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

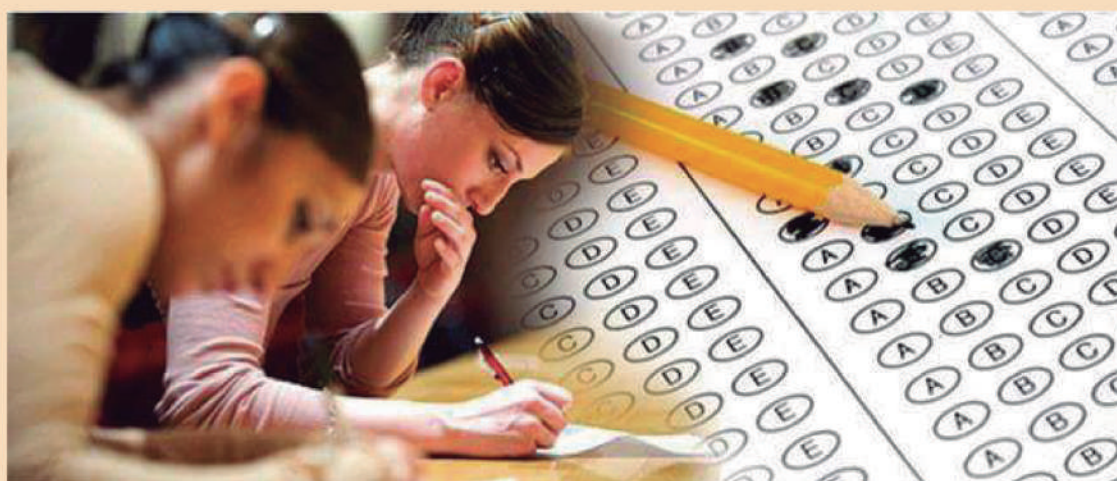
Na avaliação do sindicato, o que se tem configurado nesses meses de experiência do modelo de política de educação do governo Taques é a tentativa de repassar para o setor privado segmentos da educação pública, quer seja por meio da contratação dos/as profissionais ou na implantação da gestão privatista, da escola pública. A Escola Plena está formatada a partir da visão empresarial (Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, braço do grupo Natura), definindo metas com fórmulas pré-definidas e engessadas, que devem ser aplicadas ao ensino. O modelo promove o desmonte da carreira, das condições de trabalho e da remuneração.

“Temos que fazer o questionamento sobre qual o interesse de grupos econômicos, cujo foco é o lucro - como a empresa Natura – quando investem

em educação? Desconstroem todo o processo democrático defendido por educadores/as, ignoram o projeto político pedagógico da escola, com qual objetivo?”, questiona o secretário de Assuntos Educacionais da CNTE e dirigente do Sintep/MT, Gilmar Soares.

Entre as fragilidades da Escola Plena está a falta de sintonia com o Plano Estadual de Educação (PEE). Próximo a completar 10 anos, a educação ainda enfrenta o desafio de assegurar profissionais efetivos/as e bem formados/as para atender a demanda educacional. Na Escola Plena, em Várzea Grande, a maioria são interinos/as e estagiários/as e estudantes, com contratados de 40 horas semanais, 10 horas a mais do que a jornada.

“A escola é plena de necessidades, com estrutura sucateada a maioria não tem refeitório, bibliotecas, laboratórios, banheiros com lavabos e chuveiro, quadra esportiva, profissionais em número suficiente para atender as demandas formativas de educação integral e de tempo integral. Nos intervalos, os/as estudantes/as ficam ociosos/as, sem ter atividades recreativas ou culturais. Apenas oito horas de aulas em sala. É mais do mesmo”, destaca Soares.



CORREÇÃO DE PROVAS DO CONCURSO AMEAÇA PREENCHIMENTO DE VAGAS

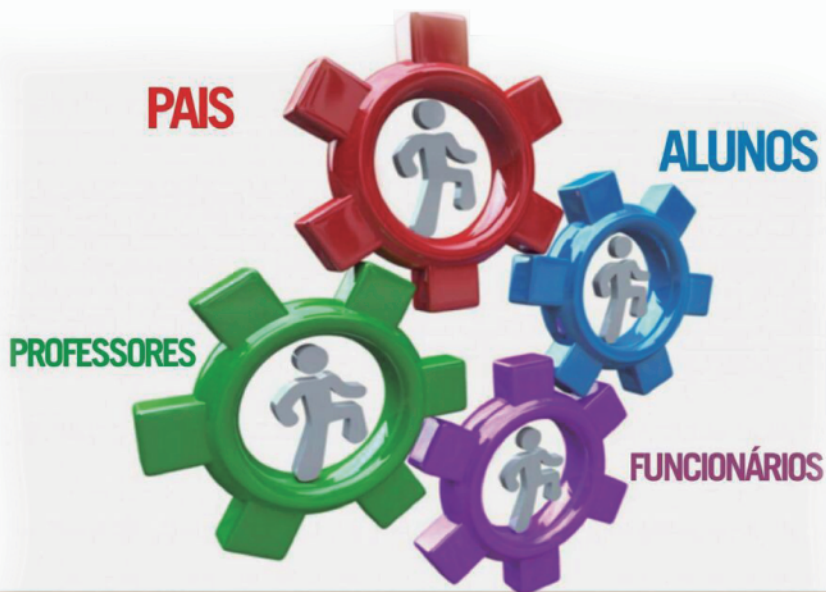
Interesses escusos no edital de Concurso Público da Educação do estado de Mato Grosso comprometem concorrência democrática quando usam expediente que poderá reduzir, em muito, o número de aprovados/as no certame. O cálculo aplicado para correção das provas apresentado no ponto 8 do edital 001/2017 – as notas mais altas dos/as candidatos/as que somem quatro vezes o número de inscritos/as -, é uma manobra ardilosa do governo, que impedirá a correção da prova dissertativa de muitos/as candidatos/as que atingirem 50% de acertos na prova objetiva.

Os apontamentos foram feitos pelo Sintep/MT dentro da Comissão de Concurso, integrando inclusive a relação de erros ou problemas denunciados pelo sindicato, com cobrança da retificação do edital. No entanto, a republicação do documento não alterou o item, que foi considerado pelos representantes do sindicato um dos dois que mais trarão prejuízos os/as candidatos/as.

O Sintep não contestou a nota de corte 5,0 em

GESTÃO DEMOCRÁTICA - NOSSO COMPROMISSO

CDCE'S DEVEM CONVOCAR ELEIÇÕES PARA DIREÇÃO DAS ESCOLAS



PARTICIPAÇÃO - PLURALISMO - AUTONOMIA - TRANSPARÊNCIA

Conquista histórica da Educação em Mato Grosso, a gestão democrática, conforme regulamentada pela lei 7.040/1998, não pode ser ameaçada novamente. Por isso o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT) convoca os Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares (CDCEs) a realizarem suas eleições para garantir o processo democrático nas escolas.

“A participação democrática nas escolas, não só nas eleições, é a forma mais próxima de assegurar a escola pública de qualidade. Porque à medida em que todos/as se comprometem com a escola, ela é mais valorizada”, explica o secretário de comunicação do Sintep/MT e secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Gilmar Soares Ferreira.

Conforme a lei 7.040/1998, as eleições para direção, CDCEs e assessorias pedagógicas devem ser realizadas a cada dois anos (a última ocorreu em novembro de 2015). Esse processo começou em 1986, quando por força e iniciativa das comunidades escolares, foram feitas as primeiras eleições para diretor/a. O objetivo, que se mantém atual, era exercer a democracia dentro das escolas, como forma de aprendizado para a democracia que seria vivida nas esferas públicas como um todo.

Essa não é a primeira vez que o direito à gestão democrática foi atacado em Mato Grosso. Em 1992, na gestão de Júlio Campos, as eleições foram suspensas, para que o velho sistema de indicações (baseadas em favorecimento pessoal) voltasse. Na época, alunos/as, educadores/as e pais se juntaram e fizeram as eleições escolares, o que teve como consequência a volta da gestão democrática em 1998.

Além do aprendizado político que a gestão democrática proporciona, pesquisas da CNTE mostraram que esse tipo de administração possibilita a elevação da aprendizagem dos estudantes, maior interesse das famílias pela escola, redução dos índices de violência nas unidades escolares e um ambiente mais tranquilo para a comunidade escolar.

“Lutaremos para o cumprimento da lei 7.040, por isso convocamos os CDCEs a realizarem normalmente as suas eleições, como forma de garantir o processo democrático nas escolas. Chamar as eleições a cada dois anos é uma prática há mais de 30 anos, que trouxe muitos benefícios para a Educação. Não iremos recuar”, enfatiza a secretária-geral do Sintep/MT, Miriam Botelho.

observância à legislação, mas se surpreendeu ao constatar que não será determinante para que o/a candidato/a dispute a vaga. Segundo o critério pontuado no edital para correção, muitos/as concorrentes poderão perder a chance de serem aprovados, pois não terão as provas corrigidas para as etapas seguintes. O Concurso Público oferta 5.748 vagas, número inferior a demanda de cerca de 13 mil contratos no estado, segundo informou o próprio governo. Por exigência do Sintep/MT estendeu as convocações a um cadastro de reservas a mais 50% do total de vagas ofertadas

O Sintep alerta para as nuances do governo estadual ao propalar que está assegurando as reivindicações da categoria, ao mesmo tempo que se utiliza de subterfúgios para garantir que os seus interesses prevaleçam.

Outro ponto questionado pelo sindicato foi a prova didática como fator eliminatório do Concurso. A avaliação do desempenho profissional será feita por uma banca examinadora composta por três avaliadores. Para o sindicato, a subjetividade implícita poderá incorrer em equívocos, comprometendo a lisura do processo. O Sintep/MT defende a

importância de avaliação quanto à didática, desde que seja diagnóstica e processual; propositiva, não punitiva. Para isso, considera os três anos de estágio probatório como fundamentais para essa avaliação.

“Este processo é fundamental, uma vez que ao longo dos três anos, caso o servidor apresente falhas e problemas no desenvolvimento do trabalho, através das avaliações, o mesmo poderá corrigir no percurso e caso isso não ocorra, a gestão da escola e o CDCE tem como responsabilidade deferir ou indeferir a permanência do profissional no quadro da educação”, esclarece a secretária de Políticas Educacionais, Guelda Andrade.

Acompanhe o Sintep/MT nas Mídias Sociais



QUAIS SÃO OS IMPACTOS DA FRAGMENTAÇÃO DA RGA PARA A LEI 510/2013?



Heleno Araújo
Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE)

Para implementar a conquista que obtivemos com a meta 17 na lei do Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/2014), se faz necessário que o governo do estado cumpra a lei estadual conquistada pelos trabalhadores e trabalhadoras em educação do Mato Grosso, através do Sindicato.

Ao fragmentar a recomposição da inflação, o governo, além de descumprir a lei estadual, está postergando alcançar o cumprimento da meta 17 da lei do PNE.

As consequências são ruins para a categoria que vê suas conquistas sendo frustradas por uma atitude irresponsável do governo e são terríveis para a educação básica do estado, que poderá sofrer interrupções no atendimento dos 200 dias letivos aos estudantes. Além do mais, ter um profissional desmotivado na sala de aula, ocorre conseqüentemente, a quebra de um processo ensino-aprendizagem pleno. Portanto, exigimos o cumprimento integral da Lei estadual n. 510/2013.



Henrique Lopes do Nascimento
Presidente do Sintep/MT

A forma que o governo de Mato Grosso vem tratando os direitos dos/as servidores/as desde 2015 pra cá, tem comprometido a possibilidade de Dobra o Poder de Compra dos salários, conforme assegurada na Lei 510/2013. O governo além de não pagar na data correta, o que traz uma perda imediata aos trabalhadores/as, na penúltima proposta não queria assegurar a integralidade da reposição - a inflação. Sem repor a inflação não há dobra do poder de compra. Precisamos ter claro que, a Lei 510/2013, é fruto de um estudo do Sintep com base no orçamento do estado. Mato Grosso sempre cresceu acima da média nacional, a ponto de ter seu crescimento comparado à média de países como a China.

As políticas públicas são financiadas a partir de impostos, quando o cidadão tem acesso à escola, hospital, farmácia de alto custo, isso tudo é financiado com dinheiro dele, do contribuinte. Do ponto de vista da cadeia produtiva, nós servidores também somos produtores. A contribuição de imposto de renda dos servidores públicos, inclusive, supera aquilo que os outros setores contribuem com os cofres públicos do estado. No entanto, o governo beneficia com isenções só uma parte da sociedade mato-grossense. E o estado tem dado esse "perdão" com dinheiro público. Os benefícios têm atingido apenas uma casta. Falta prioridade do governo ao definir benefícios para a população.



Jose Menezes
Professor de Economia, pós doutor em Ciências Políticas

A fragmentação do RGA tende a eliminar os efeitos da Lei que asseguraria recomposição do poder de compra dos profissionais da educação em MT até 2023. Entretanto, vale lembrar que este governo, que fragmenta o RGA, é o mesmo que aprovou renúncia fiscal para 2017 de R\$ 2,4 bilhões, valor igual ao orçamento da educação deste ano e que representa quatro vezes o valor do RGA de 2017.

Todavia, os ataques aos servidores públicos e ao serviço público serão ainda mais profundos com a proposta privatização interna da educação estadual quando o funcionamento destas escolas poderá ocorrer com a contratação de profissionais da educação vinculados a organizações sociais sem serem servidores públicos.

Este governo ao mesmo tempo que aprofunda os ataques a educação pública em MT, amplia a cada ano a renúncia fiscal ao setor privado. Como ex aluno do Nilo Póvoas me coloco a disposição de defesa dos serviços públicos que foram tão fundamentais na minha trajetória de vida.



Jocilene Barboza dos Santos
Vice-presidente do Sintep/MT.

O Sintep-MT mais uma vez manteve seu ineditismo em políticas de valorização profissional ao conquistar a Lei da Dobra do Poder de Compra (LC nº 510) em 2013.

Mas, para que cumpra o seu propósito, diminuindo a discrepância salarial histórica entre trabalhadores/as da educação e servidores públicos de outras carreiras do executivo estadual - o que superará a meta 17 do Plano Nacional de Educação - é necessário que os governos assegurem em cada data-base ao longo dos 10 anos, a correção da inflação e os percentuais de ganho real nela estabelecidos.

É fundamental manter-nos mobilizados/as, sobretudo pelo atual contexto político-social, para manter o sentido da nossa grande conquista".

Rumo a um movimento pedagógico latino americano

IV ENCONTRO

15-17 NOV. 2017

BELO HORIZONTE - BRASIL

PROCURE SEU SINDICATO!

LEI 510/2013

TAQUES FRAGMENTA A RGA E COMPROMETE SALÁRIO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



Nos últimos três anos a gestão Taques promove o desmonte da política da Dobra do Poder de Compra (Lei 510/2013), que assegura aos/as profissionais da educação atingirem, até 2023, um piso salarial compatível com a demais carreiras do mesmo nível no executivo, conforme a meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE).

Mesmo quando se compromete a pagar a Revisão Geral Anual (RGA) dos/as servidores/as públicos de Mato Grosso até 2019, segundo o * projeto de Lei (nº 243/2017) aprovado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso e encaminhado para sanção governamental antes do recesso parlamentar de julho, o parcelamento desmonta o direito conquistado após os 67 dias de greve em 2013.

O governo fragmenta a recomposição dos salários dos/as servidores/as públicos/as e compromete a valorização dos/as profissionais da educação. Em nome da chamada “crise” fatia a RGA, e desvaloriza os ganhos mensais dos/as trabalhadores/as.

“Não dá para entender que alguém que diz não ter dinheiro, dispense R\$ 2,4 bi dos recursos públicos de 2017, por meio de incentivos fiscais, favorecendo inclusive quem já tem muito”, destaca o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes do Nascimento.

Levantamentos feitos pelo Sintep/MT revelam que o parcelamento da RGA tem economizado para os cofres do governo, no final de 12 meses, valores equivalentes ao piso salarial dos/as educadores/as da rede estadual. “Isso significa

dizer que com as perdas acumuladas nos salários o governo economizou e fez com que os/as servidores/as pagassem o próprio 13º”, argumenta Lopes.

Com a fragmentação da recomposição, as perdas salariais acumuladas ao longo da gestão Taques comprometem o poder de compra mensal dos/as educadores/as, mesmo sendo assegurada até 2023.

* PROJETO DE LEI Nº 243/2017

RGA - APROVADO APÓS PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO FÓRUM SINDICAL

RGA 2016/2017 (6,58%) divididos em 3 parcelas, sendo:

- 1ª parcela - 2,19% para novembro de 2017 sobre o subsídio de outubro de 2017;
- 2ª parcela - 2,19% para abril de 2018 sobre o subsídio de março de 2018 e,
- 3ª parcela - 2,20% para setembro de 2018 sobre o subsídio de agosto de 2018

Possibilidade de antecipação: 2ª parcela para março sobre o salário de fevereiro de 2017, mediante ao crescimento da Receita Corrente Líquida (RCL) do último quadrimestre de 2017 em 10% e a 2ª parcela para junho de 2018, retroativo a maio 2018, sobre o subsídio de abril de 2018 mediante RCL do 1º quadrimestre de 2018 em 15%

RGA 2017/2018: (inflação estimada de 4,19% de INPC, sendo corrigido o índice caso seja maior após apurado) dividido em 2 parcelas:

- 1ª parcela - 2% para outubro de 2018 sobre o subsídio de setembro de 2018 e,
- 2ª parcela - 2,19% para dezembro de 2018 sobre subsídio de novembro de 2018

Se o INPC for maior que 4,19% a diferença será acrescida às parcelas acima citadas em duas partes iguais, 50%

PERDAS ORIUNDAS DOS PARCELAMENTOS 2015/2017:

Pagamentos de todas as perdas financeiras pelos parcelamentos das RGAs de 2015 à 2017 a título de reajuste salarial em 2%, divididos em 2 parcelas:

- 1% de perdas financeiras para outubro de 2018 sobre subsídio de setembro de 2018;
- 1% de perdas financeiras para outubro de 2019 sobre o subsídio de setembro de 2019

Possibilidade de antecipação: a segunda parcela 1% em junho/19 retroativo a maio/19 sobre o subsídio de abril/2019 se houver crescimento da RCL em 10% no 1º quadrimestre de 2019

TABELAS SALARIAIS RE

O governo Taques usa a "máxima" devo não nego pago quando puder e "se puder", com os/as servidores/as públicos de Mato Grosso, quando não assegura a RGA na data correta e em parcela única, como manda a Lei. Tal atitude traz prejuízos financeiros imediatos, pois reduz o poder de compras mensal dos/as educadores/as.

A alegação oficial é uma crise econômica. Crise essa que o governo não considerou quando deixou de cobrar dos grandes empresários, R\$ 2,4 bilhões em renúncia fiscal, em 2017. Valor igual ao orçamento da educação deste ano. E, já anuncia ampliar o montante para R\$ 3,5 bi, em 2018.

Exigimos do governo Taques a valorização da educação de Mato Grosso assegurando:

- > Concurso Público com número real de vagas livres;
- > Cumprimento integral da lei 510/2013;
- > Melhorias da estrutura física das escolas com condições de trabalho;
- > Convocação das Conferências para discutir a política educacional de Mato Grosso

* Tabelas Salariais para Jornada de 30 horas Semanais LC 50/1998 e suas alterações

Classe = Formação

Nível = Tempo de serviço (A cada 03 anos)



COMO DEVERIA SER SEU SALÁRIO EM MAIO 2017
Com o cumprimento na íntegra da Lei 510/2013
Correção INPC 6,58% + Ganho Real 7,69%



PROFESSORES/AS *						
Classe	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,5	1,7	2,022	2,3
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 2.676,52	R\$ 4.014,79	R\$ 4.550,09	R\$ 5.411,93	R\$ 6.156,01
2	1,04	R\$ 2.783,58	R\$ 4.175,38	R\$ 4.732,09	R\$ 5.628,41	R\$ 6.402,25
3	1,085	R\$ 2.904,03	R\$ 4.356,04	R\$ 4.936,85	R\$ 5.871,95	R\$ 6.679,27
4	1,135	R\$ 3.037,85	R\$ 4.556,78	R\$ 5.164,35	R\$ 6.142,54	R\$ 6.987,07
5	1,19	R\$ 3.185,06	R\$ 4.777,60	R\$ 5.414,61	R\$ 6.440,20	R\$ 7.325,65
6	1,25	R\$ 3.345,65	R\$ 5.018,48	R\$ 5.687,61	R\$ 6.764,91	R\$ 7.695,01
7	1,32	R\$ 3.533,01	R\$ 5.299,52	R\$ 6.006,12	R\$ 7.143,75	R\$ 8.125,93
8	1,41	R\$ 3.773,90	R\$ 5.660,85	R\$ 6.415,63	R\$ 7.630,82	R\$ 8.679,97
9	1,50	R\$ 4.014,79	R\$ 6.022,18	R\$ 6.825,14	R\$ 8.117,90	R\$ 9.234,01
10	1,53	R\$ 4.095,08	R\$ 6.142,62	R\$ 6.961,64	R\$ 8.280,25	R\$ 9.418,69
11	1,56	R\$ 4.175,38	R\$ 6.263,07	R\$ 7.098,14	R\$ 8.442,61	R\$ 9.603,37
12	1,59	R\$ 4.255,67	R\$ 6.383,51	R\$ 7.234,64	R\$ 8.604,97	R\$ 9.788,05

Classe	Coeficiente	A
Nível		Subs
1	1,00	R\$ 2.4
2	1,04	R\$ 2.5
3	1,085	R\$ 2.6
4	1,135	R\$ 2.8
5	1,19	R\$ 2.9
6	1,25	R\$ 3.0
7	1,32	R\$ 3.2
8	1,41	R\$ 3.4
9	1,50	R\$ 3.7
10	1,53	R\$ 3.7
11	1,56	R\$ 3.8
12	1,59	R\$ 3.9

TÉCNICO/A ADMINISTRATIVO/A EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO/A *					
Classe	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,5	1,7	2,022
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 2.676,52	R\$ 4.014,79	R\$ 4.550,09	R\$ 5.411,93
2	1,04	R\$ 2.783,58	R\$ 4.175,38	R\$ 4.732,09	R\$ 5.628,41
3	1,085	R\$ 2.904,03	R\$ 4.356,04	R\$ 4.936,85	R\$ 5.871,95
4	1,135	R\$ 2.770,20	R\$ 4.155,30	R\$ 4.709,34	R\$ 5.601,35
5	1,19	R\$ 3.185,06	R\$ 4.777,60	R\$ 5.414,61	R\$ 6.440,20
6	1,25	R\$ 3.345,65	R\$ 5.018,48	R\$ 5.687,61	R\$ 6.764,91
7	1,32	R\$ 3.533,01	R\$ 5.299,52	R\$ 6.006,12	R\$ 7.143,75
8	1,41	R\$ 3.773,90	R\$ 5.660,85	R\$ 6.415,63	R\$ 7.630,82
9	1,50	R\$ 4.014,79	R\$ 6.022,18	R\$ 6.825,14	R\$ 8.117,90
10	1,53	R\$ 4.095,08	R\$ 6.142,62	R\$ 6.961,64	R\$ 8.280,25
11	1,56	R\$ 4.175,38	R\$ 6.263,07	R\$ 7.098,14	R\$ 8.442,61
12	1,59	R\$ 4.255,67	R\$ 6.383,51	R\$ 7.234,64	R\$ 8.604,97

TÉCNICO/A ADMINISTRATIVO/A EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO/A *		
Classe	Coeficiente	A
		1
Nível		Subs
1	1,00	R\$ 2.4
2	1,04	R\$ 2.5
3	1,085	R\$ 2.6
4	1,135	R\$ 2.8
5	1,19	R\$ 2.9
6	1,25	R\$ 3.0
7	1,32	R\$ 3.2
8	1,41	R\$ 3.4
9	1,50	R\$ 3.7
10	1,53	R\$ 3.7
11	1,56	R\$ 3.8
12	1,59	R\$ 3.9

TÉCNICO/A ADMINISTRATIVO/A EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO/A *					
Classe	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,5	1,7	2,022
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 1.605,91	R\$ 2.408,87	R\$ 2.730,05	R\$ 3.247,16
2	1,04	R\$ 1.670,15	R\$ 2.505,23	R\$ 2.839,26	R\$ 3.377,05
3	1,085	R\$ 1.742,42	R\$ 2.613,63	R\$ 2.962,11	R\$ 3.523,17
4	1,135	R\$ 1.822,71	R\$ 2.734,07	R\$ 3.098,61	R\$ 3.685,53
5	1,19	R\$ 1.911,04	R\$ 2.866,56	R\$ 3.248,76	R\$ 3.864,12
6	1,25	R\$ 2.007,39	R\$ 3.011,09	R\$ 3.412,57	R\$ 4.058,95
7	1,32	R\$ 2.119,81	R\$ 3.179,71	R\$ 3.603,67	R\$ 4.286,25
8	1,41	R\$ 2.264,34	R\$ 3.396,51	R\$ 3.849,38	R\$ 4.578,49
9	1,50	R\$ 2.408,87	R\$ 3.613,31	R\$ 4.095,08	R\$ 4.870,74
10	1,53	R\$ 2.457,05	R\$ 3.685,57	R\$ 4.176,98	R\$ 4.968,15
11	1,56	R\$ 2.505,23	R\$ 3.757,84	R\$ 4.258,88	R\$ 5.065,57
12	1,59	R\$ 2.553,40	R\$ 3.830,11	R\$ 4.340,79	R\$ 5.162,98

TÉCNICO/A ADMINISTRATIVO/A EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO/A *		
Classe	Coeficiente	A
Nível		Subs
1	1,00	R\$ 2.4
2	1,04	R\$ 2.5
3	1,085	R\$ 2.6
4	1,135	R\$ 2.8
5	1,19	R\$ 2.9
6	1,25	R\$ 3.0
7	1,32	R\$ 3.2
8	1,41	R\$ 3.4
9	1,50	R\$ 3.7
10	1,53	R\$ 3.7
11	1,56	R\$ 3.8
12	1,59	R\$ 3.9

APOIO ADMINISTRATIVO/A PROFISSIONALIZADO/A *			
Classe	Coeficiente	A	B
		1	1,25
Nível		Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 2.141,22	R\$ 2.676,52
2	1,04	R\$ 2.226,87	R\$ 2.783,58
3	1,085	R\$ 2.323,22	R\$ 2.904,03
4	1,135	R\$ 2.430,28	R\$ 3.037,85
5	1,19	R\$ 2.548,05	R\$ 3.185,06
6	1,25	R\$ 2.676,52	R\$ 3.345,65
7	1,32	R\$ 2.826,41	R\$ 3.533,01
8	1,41	R\$ 3.019,12	R\$ 3.773,90
9	1,50	R\$ 3.211,83	R\$ 4.014,79
10	1,53	R\$ 3.276,07	R\$ 4.095,08
11	1,56	R\$ 3.340,30	R\$ 4.175,38
12	1,59	R\$ 3.404,54	R\$ 4.255,67

APOIO ADMINISTRATIVO/A NÃO PROFISSIONALIZADO/A *			
Classe	Coeficiente	A	B
		1	1,25
Nível		Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 1.284,73	R\$ 1.605,91
2	1,04	R\$ 1.336,12	R\$ 1.670,15
3	1,085	R\$ 1.393,93	R\$ 1.742,42
4	1,135	R\$ 1.458,17	R\$ 1.822,71
5	1,19	R\$ 1.528,83	R\$ 1.911,04
6	1,25	R\$ 1.605,91	R\$ 2.007,39
7	1,32	R\$ 1.695,85	R\$ 2.119,81
8	1,41	R\$ 1.811,47	R\$ 2.264,34
9	1,50	R\$ 1.927,10	R\$ 2.408,87
10	1,53	R\$ 1.965,64	R\$ 2.457,05
11	1,56	R\$ 2.004,18	R\$ 2.505,23
12	1,59	R\$ 2.042,72	R\$ 2.553,40

APOIO ADMINISTRATIVO/A NÃO PROFISSIONALIZADO/A *		
Nível	Coeficiente	A
Classe		Subs
1	1,00	R\$ 1.979,
2	1,04	R\$ 2.058,
3	1,085	R\$ 2.147,
4	1,135	R\$ 2.246,
5	1,19	R\$ 2.355,
6	1,25	R\$ 2.474,
7	1,32	R\$ 2.612,
8	1,41	R\$ 2.791,
9	1,50	R\$ 2.969,
10	1,53	R\$ 3.028,
11	1,56	R\$ 3.088,
12	1,59	R\$ 3.147,




DE ESTADUAL 2017

COMO O GOVERNO PAGA

Com a fragmentação implantada pelo Governo Pedro Taques

Com base no Salário Junho de 2017



Veja o que você perdeu só no mês de Junho com a recomposição fatiada pelo governo Pedro Taques

Com base no Salário Junho de 2017

PROFESSORES/AS *

Classe	B		C		D		E	
	1,5	1,7	2,022	2,3	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	R\$ 3.711,69	R\$ 4.206,58	R\$ 5.003,35	R\$ 5.691,26				
2	R\$ 3.860,18	R\$ 4.374,84	R\$ 5.203,51	R\$ 5.918,93				
3	R\$ 4.027,18	R\$ 4.564,17	R\$ 5.428,65	R\$ 6.175,02				
4	R\$ 4.212,77	R\$ 4.774,48	R\$ 5.678,83	R\$ 6.459,57				
5	R\$ 4.416,92	R\$ 5.005,84	R\$ 5.953,99	R\$ 6.772,60				
6	R\$ 4.639,62	R\$ 5.258,22	R\$ 6.254,19	R\$ 7.114,08				
7	R\$ 4.899,46	R\$ 5.552,68	R\$ 6.604,44	R\$ 7.512,48				
8	R\$ 5.233,47	R\$ 5.931,28	R\$ 7.054,72	R\$ 8.024,68				
9	R\$ 5.567,53	R\$ 6.309,88	R\$ 7.505,02	R\$ 8.536,89				
10	R\$ 5.678,89	R\$ 6.436,06	R\$ 7.655,12	R\$ 8.707,61				
11	R\$ 5.790,25	R\$ 6.562,25	R\$ 7.805,22	R\$ 8.878,36				
12	R\$ 5.901,59	R\$ 6.688,44	R\$ 7.955,31	R\$ 9.049,08				

PROFESSORES/AS *

Classe	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,5	1,7	2,022	2,3
1	1,00	R\$ 202,03	R\$ 303,05	R\$ 343,45	R\$ 408,50	R\$ 464,67
2	1,04	R\$ 210,11	R\$ 315,17	R\$ 357,19	R\$ 424,84	R\$ 483,26
3	1,09	R\$ 220,21	R\$ 330,32	R\$ 374,36	R\$ 445,27	R\$ 506,49
4	1,14	R\$ 230,31	R\$ 345,47	R\$ 391,53	R\$ 465,70	R\$ 529,72
5	1,19	R\$ 240,42	R\$ 360,62	R\$ 408,71	R\$ 486,12	R\$ 552,96
6	1,25	R\$ 252,54	R\$ 378,81	R\$ 429,31	R\$ 510,63	R\$ 580,84
7	1,32	R\$ 266,68	R\$ 400,02	R\$ 453,36	R\$ 539,23	R\$ 613,36
8	1,41	R\$ 284,86	R\$ 427,29	R\$ 484,27	R\$ 575,99	R\$ 655,18
9	1,50	R\$ 303,05	R\$ 454,57	R\$ 515,18	R\$ 612,76	R\$ 697,00
10	1,53	R\$ 309,11	R\$ 463,66	R\$ 525,48	R\$ 625,01	R\$ 710,94
11	1,56	R\$ 315,17	R\$ 472,75	R\$ 535,78	R\$ 637,27	R\$ 724,88
12	1,59	R\$ 321,23	R\$ 481,84	R\$ 546,09	R\$ 649,52	R\$ 738,82

ADMINISTRATIVO/A EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO/A *

Classe	B		C		D	
	1,5	1,7	2,022	2,3	Subsídio	Subsídio
1	R\$ 3.711,69	R\$ 4.206,58	R\$ 5.003,35	R\$ 5.691,26		
2	R\$ 3.860,18	R\$ 4.374,84	R\$ 5.203,51	R\$ 5.918,93		
3	R\$ 4.027,18	R\$ 4.564,17	R\$ 5.428,65	R\$ 6.175,02		
4	R\$ 4.212,77	R\$ 4.774,48	R\$ 5.678,83	R\$ 6.459,57		
5	R\$ 4.416,92	R\$ 5.005,84	R\$ 5.953,99	R\$ 6.772,60		
6	R\$ 4.639,62	R\$ 5.258,22	R\$ 6.254,19	R\$ 7.114,08		
7	R\$ 4.899,46	R\$ 5.552,68	R\$ 6.604,44	R\$ 7.512,48		
8	R\$ 5.233,47	R\$ 5.931,28	R\$ 7.054,72	R\$ 8.024,68		
9	R\$ 5.567,53	R\$ 6.309,88	R\$ 7.505,02	R\$ 8.536,89		
10	R\$ 5.678,89	R\$ 6.436,06	R\$ 7.655,12	R\$ 8.707,61		
11	R\$ 5.790,25	R\$ 6.562,25	R\$ 7.805,22	R\$ 8.878,36		
12	R\$ 5.901,59	R\$ 6.688,44	R\$ 7.955,31	R\$ 9.049,08		

TÉCNICO/A ADMINISTRATIVO/A EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO/A *

Classe	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,5	1,7	2,022
1	1,00	R\$ 202,03	R\$ 303,05	R\$ 343,45	R\$ 408,50
2	1,04	R\$ 210,11	R\$ 315,17	R\$ 357,19	R\$ 424,84
3	1,09	R\$ 220,21	R\$ 330,32	R\$ 374,36	R\$ 445,27
4	1,14	R\$ 230,31	R\$ 345,47	R\$ 391,53	R\$ 465,70
5	1,19	R\$ 240,42	R\$ 360,62	R\$ 408,71	R\$ 486,12
6	1,25	R\$ 252,54	R\$ 378,81	R\$ 429,31	R\$ 510,63
7	1,32	R\$ 266,68	R\$ 400,02	R\$ 453,36	R\$ 539,23
8	1,41	R\$ 284,86	R\$ 427,29	R\$ 484,27	R\$ 575,99
9	1,50	R\$ 303,05	R\$ 454,57	R\$ 515,18	R\$ 612,76
10	1,53	R\$ 309,11	R\$ 463,66	R\$ 525,48	R\$ 625,01
11	1,56	R\$ 315,17	R\$ 472,75	R\$ 535,78	R\$ 637,27
12	1,59	R\$ 321,23	R\$ 481,84	R\$ 546,09	R\$ 649,52

ADMINISTRATIVO/A EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO/A *

Classe	B		C		D	
	1,5	1,7	2,022	2,3	Subsídio	Subsídio
1	R\$ 2.227,00	R\$ 2.523,91	R\$ 3.001,97	R\$ 3.407,23		
2	R\$ 2.316,11	R\$ 2.624,91	R\$ 3.122,09	R\$ 3.572,36		
3	R\$ 2.416,29	R\$ 2.738,46	R\$ 3.257,13	R\$ 3.752,47		
4	R\$ 2.527,64	R\$ 2.864,64	R\$ 3.407,23	R\$ 3.962,61		
5	R\$ 2.650,12	R\$ 3.003,46	R\$ 3.572,36	R\$ 4.232,78		
6	R\$ 2.783,72	R\$ 3.154,91	R\$ 3.752,47	R\$ 4.502,97		
7	R\$ 2.939,60	R\$ 3.331,57	R\$ 3.962,61	R\$ 4.773,16		
8	R\$ 3.140,06	R\$ 3.558,74	R\$ 4.232,78			
9	R\$ 3.340,51	R\$ 3.785,88	R\$ 4.502,97			
10	R\$ 3.407,29	R\$ 3.861,63	R\$ 4.593,04			
11	R\$ 3.474,09	R\$ 3.937,31	R\$ 4.683,06			
12	R\$ 3.540,91	R\$ 4.013,03	R\$ 4.773,16			

TÉCNICO/A ADMINISTRATIVO/A EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO/A *

Classe	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,5	1,7	2,022
1	1,00	R\$ 121,22	R\$ 181,83	R\$ 206,07	R\$ 245,10
2	1,04	R\$ 126,07	R\$ 189,10	R\$ 214,31	R\$ 254,91
3	1,09	R\$ 131,52	R\$ 197,28	R\$ 223,59	R\$ 265,94
4	1,14	R\$ 137,58	R\$ 206,37	R\$ 233,89	R\$ 278,19
5	1,19	R\$ 144,25	R\$ 216,37	R\$ 245,22	R\$ 291,67
6	1,25	R\$ 151,52	R\$ 227,28	R\$ 257,59	R\$ 306,38
7	1,32	R\$ 160,01	R\$ 240,01	R\$ 272,01	R\$ 323,54
8	1,41	R\$ 170,92	R\$ 256,38	R\$ 290,56	R\$ 345,59
9	1,50	R\$ 181,83	R\$ 272,74	R\$ 309,11	R\$ 367,65
10	1,53	R\$ 185,46	R\$ 278,20	R\$ 315,29	R\$ 375,01
11	1,56	R\$ 189,10	R\$ 283,65	R\$ 321,47	R\$ 382,36
12	1,59	R\$ 192,74	R\$ 289,10	R\$ 327,65	R\$ 389,71

Classe	B	
	1,25	Subsídio
1	R\$ 2.474,41	
2	R\$ 2.573,41	
3	R\$ 2.684,74	
4	R\$ 2.808,47	
5	R\$ 2.944,59	
6	R\$ 3.093,01	
7	R\$ 3.266,27	
8	R\$ 3.488,92	
9	R\$ 3.711,65	
10	R\$ 3.785,87	
11	R\$ 3.860,07	
12	R\$ 3.934,34	

Classe	Coeficiente	APOIO ADMINISTRATIVO/A NÃO PROFISSIONALIZADO/A	
		A	B
1	1,00	R\$ 1.190,00	R\$ 1.487,47
2	1,04	R\$ 1.237,60	R\$ 1.546,98
3	1,085	R\$ 1.291,10	R\$ 1.613,87
4	1,135	R\$ 1.350,64	R\$ 1.688,31
5	1,19	R\$ 1.416,09	R\$ 1.770,11
6	1,25	R\$ 1.487,46	R\$ 1.859,31
7	1,32	R\$ 1.570,73	R\$ 1.963,43
8	1,41	R\$ 1.677,85	R\$ 2.097,32
9	1,50	R\$ 1.784,95	R\$ 2.231,22
10	1,53	R\$ 1.820,66	R\$ 2.275,84
11	1,56	R\$ 1.856,37	R\$ 2.320,44
12	1,59	R\$ 1.892,06	R\$ 2.365,07

Classe	Coeficiente	APOIO ADMINISTRATIVO/A PROFISSIONALIZADO/A *	
		A	B
1	1,00	R\$ 161,62	R\$ 202,03
2	1,04	R\$ 168,09	R\$ 210,11
3	1,09	R\$ 175,36	R\$ 219,20
4	1,14	R\$ 183,44	R\$ 229,30
5	1,19	R\$ 192,33	R\$ 240,42
6	1,25	R\$ 202,03	R\$ 252,54
7	1,32	R\$ 213,34	R\$ 266,68
8	1,41	R\$ 227,89	R\$ 284,86
9	1,50	R\$ 242,44	R\$ 303,05
10	1,53	R\$ 247,28	R\$ 309,11
11	1,56	R\$ 252,13	R\$ 315,17
12	1,59	R\$ 256,98	R\$ 321,23

Classe	Coeficiente	APOIO ADMINISTRATIVO/A NÃO PROFISSIONALIZADO/A *	
		A	B
1	1,00	R\$ 96,97	R\$ 121,22
2	1,04	R\$ 100,85	R\$ 126,07
3	1,09	R\$ 105,70	R\$ 132,13
4	1,14	R\$ 110,55	R\$ 138,19
5	1,19	R\$ 115,40	R\$ 144,25
6	1,25	R\$ 121,22	R\$ 151,52
7	1,32	R\$ 128,01	R\$ 160,01
8	1,41	R\$ 136,73	R\$ 170,92
9	1,50	R\$ 145,46	R\$ 181,83
10	1,53	R\$ 148,37	R\$ 185,46
11	1,56	R\$ 151,28	R\$ 189,10
12	1,59	R\$ 154,19	R\$ 192,74

ATENÇÃO: HÁ PERDAS SALARIAIS MENSIS ACUMULADAS DESDE MAIO DE 2016





Saiba como participar do evento no sindicato de sua cidade

ENTIDADES SE ARTICULAM PARA CONAPE

Após o governo golpista de Temer publicar portaria na calada da noite retirando algumas entidades do Fórum Nacional de Educação de forma antidemocrática, entidades da sociedade civil se organizam para criar, de fato, um espaço democrático de debate sobre a Educação Pública, sem a interferência arbitrária do governo. Dessa forma nasce o Fórum Nacional Popular de Educação, que surge com a missão de fazer uma Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), em contraposição à Conferência Nacional de Educação que vem sendo adiada pelo governo Federal o que demonstra nenhum interesse em realizá-la.

Após as duas Conferências Nacional de Educação (2010 e 2014), onde surgiram avanços como Plano Nacional de

Educação e a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a Educação, o Fórum Nacional de Educação, que deveria realizar uma nova conferência em 2018, foi descredenciado e o governo utilizou de vários artifícios para cercear o evento. O último grande golpe no Fórum Nacional de Educação, foi a retirada, sem consulta ou comunicado, de entidades da sociedade civil, prejudicando o processo democrático dentro do Fórum.

Para contrapor essa situação, entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) criaram o Fórum Nacional Popular de Educação, que irá organizar conferências livres nos municípios e estados, para realizar em abril de 2018 a Conferência Nacional Popular de Educação, será uma forma de mostrar ao governo que a

discussão sobre Educação não pode ser controlada e moldada conforme os interesses políticos.

A articulação para a Conape é de extrema importância e deve começar nos municípios. "As conferências municipais devem ser realizadas até outubro para participar é necessário o termo de adesão ao Fórum Nacional Popular de Educação. No site da CNTE estão todas as informações e documentos base para auxiliar nas etapas das Conferências, que são de extrema importância para o debate e implementação de uma Educação Pública, Gratuita, Laica e de Qualidade", enfatiza o secretário de Comunicação do Sintep/MT e secretário de Assuntos Educacionais da CNTE, Gilmar Soares Ferreira.



BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR REFORÇA A DESIGUALDADE SOCIAL

A terceira versão da proposta da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), construída sem a participação de entidades ou do Fórum Nacional de Educação, fragmenta a educação básica, ao excluir do documento, o Ensino Médio. Retira ainda, modalidades de educação como Educação Especial, da Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação do Campo. Além de dissociar o conhecimento técnico-profissional do Ensino Médio.

"As práticas são um retrocesso diante dos avanços conquistados em anos anteriores, cujo objetivo é a inclusão social de todos os povos que vivem num país tão desigual como o Brasil", acredita o secretário de Assuntos Educacionais da CNTE e dirigente do Sintep/MT, Gilmar Soares.

A proposta apresentada pelo Ministério da Educação atende o projeto de desmonte de direitos e colabora com os objetivos da reforma trabalhista e a Lei da Terceirização. "A ideia é acabar com a carreira dos profissionais da educação, privatizar a educação possibilitando que o aprendizado seja repassado para tutores por meio de conteúdos mínimos, traduzidos em apostilamento e ministrados por instrutores/as", complementa o dirigente sindical.

A CNTE, em defesa do projeto de educação defendido pelos diferentes segmentos sociais, se retira dos órgão de representação oficiais, e junto com entidades sociais e sindicais, realizarão um debate paralelo. No entanto, o Conselho Nacional de Educação (CNE) permanece com audiências públicas sobre a versão governamental - privatista e excludente - da BNCC, tendo inclusive agenda para a região Centro Oeste.

Fórum Nacional Popular de Educação Divulga



Agenda
de debates

Reunião da Coordenação Executiva da CONAPE 2018:

DIA 08 DE AGOSTO DE 2017, às 14h, na sede da CONTEE (Futura sede do FNPE). Setor de Rádio e TV – Edifício Assis Chateaubriand, Q. 701, Bl. 2 – Sala 436, Brasília-DF.

Reunião com os/as Coordenadores/as dos Fóruns Estaduais de Educação:

DIA 09 DE AGOSTO DE 2017, das 09h às 17h, no Auditório da CNTE. No CONIC - SDS, Edifício Venâncio V, 2º Andar.

Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal:

DIA 10 DE AGOSTO DE 2017, às 09h, para debater o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, no Plenário 2.

Audiência Pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados:

DIA 10 DE AGOSTO DE 2017, às 09h30, sobre a Lei de Responsabilidade Educacional, no Plenário 10, Anexo II da Câmara Federal.

SUBSEDES DEVEM PARTICIPAR DE ATIVIDADES SOBRE PCR'S



Para contrapor a tentativa do Ministério da Educação (MEC) em definir os planos de carreira nas redes municipais, o Sintep/MT orienta que as subseções participem das discussões junto às prefeituras e que se posicionem contra qualquer iniciativa que proponha carreiras separadas para professores/as e funcionários/as.

Sob a justificativa de redução de gastos, a proposta da equipe do MEC é que o plano de carreira da Educação só tenha professores/as. Para os/as funcionários/as seria aplicada uma carreira e piso diferentes. Alguns municípios já assinaram o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) e pretendem implementar as mudanças a partir do próximo ano, por isso é necessário fazer resistência junto à essas tentativas.

O Sistema de Apoio à Gestão de Plano de Carreira e Remuneração tem sido apresentado aos municípios por uma equipe do MEC, formada por representantes da Secretaria de Estado de Educação, junto com representantes da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso (Undime-MT). Além da separação das carreiras, a proposta traz mudanças como carga horária de 40 horas e elevação de classe apenas para especializações que forem feitas na área específica de atuação do/a educador/a.

“A retirada dos/as funcionários/as da carreira é um retrocesso na luta dos/as trabalhadores/as da Educação. As subseções devem participar dessas oficinas para conhecer o diagnóstico realizado pelo MEC, mas apresentando o contraponto, que é o método que já utilizamos”, enfatiza o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes do Nascimento.



SINTEP/MT DEFENDE GESTÃO PÚBLICA NA SAÚDE



Como representante do segmento usuário no Conselho Estadual de Saúde, o Sintep/MT sempre se posicionou contra as Organizações Sociais de Saúde (OSS) em Mato Grosso. Com problemas desde a sua implantação em hospitais referência no estado, esse tipo de gestão só trouxe mais gastos e com piores resultados. O Sindicato alerta para que esse tipo de organização não volte a ser gestora na Saúde, nem proposta para outras áreas prioritárias como Educação e Segurança Pública.

Representante do Sindicato no Conselho Estadual de Saúde, o secretário de Finanças do Sintep/MT, Orlando Francisco, afirma que existem vícios de origem, ou seja, desde o começo já existem problemas que inviabilizam esse tipo de gestão, como não ter atendimento universal (que é a função do SUS) e com obtenção de lucro. “Não quer dizer que a administração pública é uma maravilha, mas é obrigação do Estado gerir o público”.

Apesar das OSS serem entidades sem fins lucrativos, sempre há a busca de novos contratos (ou seja, expansão da OSS). As OSS restringem a assistência aos usuários, pois assim como um plano de saúde privado, para manter a rentabilidade do

sistema, são colocados obstáculos e dificuldades, especialmente para procedimentos de alta complexidade.

Outro problema apresentado pelo diretor Orlando, que inclusive foi apontado pelo Ministério Público do Estado, é a falta de fiscalização das OSS, o que agravou a situação. “Antes as auditorias na saúde eram realizadas por auditores do SUS, mas o governo Taques decidiu barrar essa auditoria e contratou uma empresa. E quando você tira o poder da fiscalização com servidores de carreira e coloca em uma empresa terceirizada, escolhida pelo próprio governo, como garantir que a fiscalização será feita com lisura do processo?”

É importante lembrar que que as Organizações Sociais (OS) foram uma proposta do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, instituídas através de medida provisória e podem ser aplicadas em outras áreas, inclusive na Educação, onde a terceirização e a privatização são ameaças diárias. “A má gestão de recursos não pode justificar a contratação de uma empresa para gerir áreas prioritárias. Nossa posição, enquanto representantes do segmento usuário, sempre foi contra às Organizações Sociais, que não trouxeram benefícios e ainda aumentaram os custos”, enfatiza Orlando.



O DESAFIO DA ESCOLA PARA ASSEGURAR O RESPEITO AS DIFERENÇAS

Denúncia feita por trabalhadora da educação infantil, do município de Alto Paraguai, onde atua, sobre suposta discriminação motivada por identidade de gênero no Centro Educacional demonstra quão desafiador é desconstruir preconceitos e combater a exclusão, não apenas por ter como locus ambiente educativo, mas ao ocorrer em etapa inicial de formação de estudantes.

Avançamos em período recente quanto ao reconhecimento de direitos a populações consideradas como minorias pela ausência de direitos humanos e sociais. Na educação, o debate da inclusão ganhou ênfase com presença assegurada em documentos oficiais de orientação ao currículo das escolas. Percebemos ainda influência global neste sentido como o movimento "Educação para Todos" liderado pela Unesco a partir da década de 90, seguido de outros movimentos mundiais.

A prevenção ao HIV-AIDS entre educadores/as e estudantes assim como o combate à discriminação de pessoas vivendo com HIV; a não discriminação pela identidade de gênero ou orientação sexual e incentivo a políticas de integração entre os povos (combate a xenofobia), são exemplos de pautas que ganharam ênfase no movimento sindical.

A vice-presidente do Sintep-MT, Jocilene Barboza dos Santos, lembra ocorrência que confirmam a onda de retrocessos. "Como não lembrarmos da ofensiva reacionária que retirou as questões de gênero dos planos de educação?", questiona. Jocilene cita ainda, o fato recente, quando apresentada a terceira versão da Base Nacional Curricular Comum, e levantou-se questionamentos por seguir na mesma direção e negação da diversidade de gênero na Política Educacional. E mais, o anúncio da exclusão das temáticas relativas a gênero do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

"Isso é uma indicação que precariza-se a formação intelectual, mas também a construção de valores éticos, morais e princípios de justiça social. Por isso, há necessidade de permanente militância – que não se faz sem a denúncia -, seja no movimento sindical ou ambiente educacional onde as políticas de educação se materializam", afirma Jocilene.

Conforme ela, a diversidade, inclusão, direitos, cidadania são noções que estão em disputa. Assim como sempre esteve o projeto de educação pública, defendido como direito de todo/as.

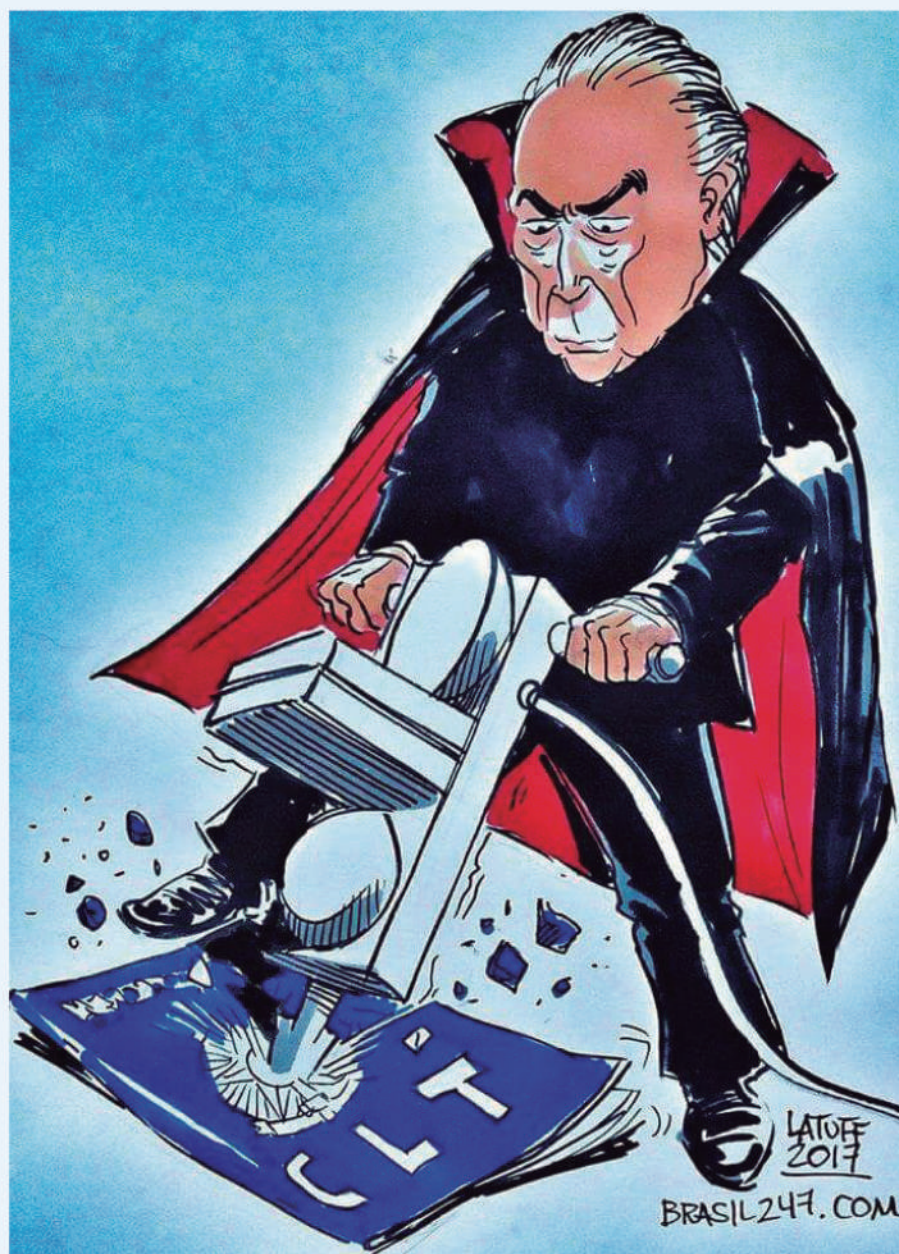
AS REFORMAS QUE DESMONTAM E NÃO CONSTROEM

A aprovação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) é mais um o golpe dentro do golpe. E, em 120 dias, a partir da promulgação, passa a valer o trabalho intermitente, a sujeição das mulheres grávidas a ambientes insalubres e de risco, o estrangulamento dos/as trabalhadores/as nas negociações com o patrão, já que os acordos passam a valer mais do que as leis.

As mudanças feitas com a Reforma Trabalhista, a ameaça da Reforma da Previdência, além do já efetivado impacto na educação com a reforma do Ensino Médio, se somam a emenda constitucional (EC 95) do Teto dos Gastos e a Lei da Terceirização. Juntas promovem o desmonte das conquistas dos/as trabalhadores/as. As reformas denominadas "modernas" fortalecem os interesses do capital financeiro, retiram os direitos de toda a classe trabalhadora, principalmente, daqueles/as que dependem de salário para sobreviver.

Para o Sintep/MT, é preciso que a sociedade comece a perceber que as reformas, da maneira que estão postas, precarizam ainda mais as condições de trabalho. A Reforma da Previdência, mesmo antes de aprovada, já tem 50% dela concluída, pois com a Reforma Trabalhista já se fragmenta o tempo de trabalho, ampliando o número de anos necessário para aposentadoria. Juntas todas as reformas apontam para o retorno do trabalho escravo.

Lopes reforça que o poder do povo é o voto. Se esses políticos estão contra os interesses da classe trabalhadora, não nos representam. "Faz-se necessário entender que os deputados e senadores que votam contra o povo são na maioria empresários estão interessados no lucro. O povo dará a resposta nas urnas", conclui.



Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso

Rua Mestre João Monge Guimarães, 102 - Bairro Bandeirantes - CEP 78010-170 - Cuiabá/MT
Fones: (65) 3317-4300 / 0800 654343 - Fax: (65) 3317-4327
E-mail: sintep@terra.com.br